

## 7 Deus, Estado e Currículo

Robert Simonds, um porta-voz da Associação Nacional de Educadores Cristãos, declarou em 1983 que "uma grande guerra" tomou conta da terra. "O ateísmo, sob o manto de uma filosofia religiosa 'humanitária' aceitável", ele alertou, "foi sutilmente introduzido na cultura cristã americana tradicional por meio do sistema de escolas públicas". Ao fazer tal afirmação, Simonds ecoou os conservadores em todo o país que se preocupavam com o fato de um estabelecimento educacional liberal estar implacavelmente contrabandeando humanismo secular para as escolas.<sup>1</sup> Que as escolas públicas eram o lar de uma grande frente nas guerras culturais não deveria ter sido uma surpresa. As disputas sobre educação há muito acompanham o conflito cultural americano. As escolas, afinal, têm sido a instituição mais contada para garantir a reprodução das normas americanas — normas que, por si mesmas, têm sido objeto de disputa amarga. Dessa forma, os debates sobre educação há muito atuam como um proxy para argumentos sobre quais valores moldarão o futuro da nação. Walter Lippmann explicou essa luta em termos sucintos no início do século XX: "É na escola que a criança é atraída ou afastada da religião e do patriotismo de seus pais."<sup>2</sup> No final do século XX, quando um panfletário da direita cristã se preocupou que o sistema educacional do país estava treinando "crianças para um novo sistema social onde elas serão desenvolvidas para uso como recursos da escolha do governo federal", a batalha pela escola americana havia se tornado mais acirrada do que nunca. Como a instituição governamental na qual os americanos mais entravam regularmente, a escola passou a ser considerada por milhões de conservadores como uma ponta de lança para as forças secularistas que tanto temiam.<sup>3</sup> Os conservadores religiosos buscavam reverter as tendências seculares que haviam apagado Deus das escolas públicas. Por acreditarem que a república americana exigia cidadãos virtuosos pelos valores cristãos, os conservadores religiosos viam a secularização como perigosa para a sobrevivência da nação. Eles culpavam a degeneração cultural, na forma de violência, uso de drogas e sexo extraconjugal, na decisão da Suprema Corte de 1962, *Engel v. Vitale*, que considerou a oração escolar inconstitucional. Eles acreditavam que a remoção da religião das escolas era injusta, até mesmo antidemocrática, dado que a vasta maioria dos americanos, 96% de acordo com uma pesquisa da Gallup, acreditava em Deus. Com tal dissonância em mente, o jurista Stephen Carter comparou a secularização da esfera pública americana à esquizofrenia coletiva. "Frequentemente pedimos aos nossos cidadãos que dividam seus eus público e privado", escreveu Carter, "dizendo-lhes, na verdade, que é bom ser religioso em privado, mas há algo de errado quando essas crenças privadas se tornam a base para a ação pública."<sup>4</sup> Enquanto os conservadores viam os desenvolvimentos educacionais recentes como catastróficos, os educadores de mentalidade cosmopolita acreditavam que era seu trabalho solidificar os ganhos dos direitos civis tornando o antirracismo manifesto no currículo. Para isso, eles assumiram a responsabilidade de substituir materiais curriculares que, como disse um educador de esquerda, "tendem a perpetuar imagens de famílias suburbanas, brancas e de classe média, vivendo em felicidade tradicional".

Muitos líderes educacionais internalizaram as pedagogias de libertação defendidas pelos movimentos dos anos 60. Essa mudança de consciência reformulou as prioridades do maior sindicato de professores do país, a National Education Association (NEA). A Divisão de Direitos Humanos e Cívicos (HCR) da NEA, o braço do movimento dos anos 60 do sindicato dos professores, publicou

panfletos e conferências organizadas dedicadas a temas como relações raciais, estudos étnicos e ação afirmativa. No início da década de 1970, os funcionários do HCR falavam com um vocabulário implicitamente revolucionário, criticando o racismo nos termos institucionais estabelecidos pelos teóricos do Black Power. O diretor do HCR, Sam Ethridge, discutiu abertamente os Estados Unidos da maneira mais pessimista, sugerindo que a América branca poderia tentar exterminar seus cidadãos negros da mesma forma que a Alemanha fez com seus judeus. Na conferência do HCR de 1971, o palestrante principal John Gibson, um cientista político da Universidade Tufts que escreveu sobre educação cívica, defendeu o ensino de "matemática negra". Em vez de propor problemas em uma linguagem que fizesse sentido apenas para estudantes brancos ricos, como "ações e títulos ou o voo de aviões", as equações matemáticas deveriam ser enquadradas de acordo com as experiências de estudantes negros. Gibson usou o seguinte exemplo de um problema apropriadamente "matemático negro": "Se uma barata está correndo a uma milha por hora, e um rato está correndo a 15 milhas por hora, em que momento T a barata A encontrará o rato B?"

A maioria dos professores em todo o país não se entusiasmou com pedagogias inspiradas por análises de racismo institucional. Isso incluía muitos dos professores da Federação Americana de Professores (AFT) liderada por Albert Shanker, que promovia um currículo relativamente tradicional. Dito isso, um segmento-chave da liderança educacional do país era de fato radical, fosse abrigado na NEA ou nas faculdades de professores do país, onde o livro de 1970 do radical brasileiro Paulo Freire, *A Pedagogia do Oprimido* — um companheiro pedagógico do anticolonial *Condenados da Terra* de Frantz Fanon — era cada vez mais atribuído a professores em treinamento. Isso apesar do fato de que as tendências políticas da década de 1970 diminuíram o entusiasmo dos pedagogos radicais. Quando o movimento educacional conservador ganhou terreno como uma força contrária aos educadores da Nova Esquerda, a NEA trocou sua retórica revolucionária por uma postura defensiva. A conferência HCR de 1979 foi organizada com base na necessidade declarada de cerrar fileiras contra um conservadorismo crescente que havia colocado "direitos humanos e civis em risco". Em seus comentários de abertura, o presidente da NEA, John Ryor, proclamou que estava "paranoico" sobre o ataque conservador à educação pública. Os painéis na conferência de 1979 foram dedicados a entender "campanhas neodireitistas", incluindo esforços para minar a ação afirmativa e censurar livros. No início dos anos 1980, como resultado dessa mudança de foco — e como um tributo ao poder da reação conservadora às reformas curriculares de esquerda — a HCR parou de desafiar o racismo institucional. Em vez disso, concentrou suas energias na promoção de um currículo antirracista mais seguro que fosse receptivo a mais pessoas. Um panfleto da NEA de 1983 exemplificou essa abordagem mais gentil: "Como americanos, temos uma oportunidade única de celebrar as pessoas, pois nossas fronteiras estão repletas de uma preciosa variedade de culturas, cada uma contribuindo para a história e buscando apreciação." O novo nome para esse currículo era "multiculturalismo". Nas escolas de todo o país, os alunos eram ensinados a reconhecer o valor das muitas culturas raciais e étnicas diferentes que povoavam os Estados Unidos. Cada pequeno pelotão da sociedade deveria ser representado no currículo. Dessa forma, o multiculturalismo permitiu que educadores radicais, aqueles ainda interessados em pedagogias que surgiram dos movimentos de libertação dos anos 60, ensinassem sobre a identidade negra como distinta da identidade americana branca normativa. Mas, como o multiculturalismo era mais sobre representar a diversidade do que desafiar a hierarquia institucional, ele atraiu uma gama mais ampla de professores e permitiu que se tornasse o ethos implícito do currículo nacional.

Mas, à medida que os alunos aprendiam mais e mais sobre raça e etnia, eles

aprendi cada vez menos sobre religião. À medida que o multiculturalismo se consolidava, a religião foi essencialmente apagada do currículo, tanto que Clinton emitiu uma diretiva em 1995 destinada a esclarecer a constitucionalidade do ensino sobre religião: "As escolas públicas não podem fornecer instrução religiosa, mas podem ensinar sobre religião, incluindo a Bíblia ou outras escrituras". Ainda mais desconcertante para os conservadores, muitas escolas públicas estavam proibindo expressões públicas de religião por medo de violar as leis do país. "Parece que alguns funcionários da escola, professores e pais", observou Clinton, "presumiram que a expressão religiosa de qualquer tipo é inapropriada ou totalmente proibida nas escolas públicas". O fato de os educadores considerarem a religião um tópico muito controverso para ensinar e de os administradores escolares acharem que as expressões públicas de religião são ilegais, apesar do fato de que a grande maioria de seus alunos estava crescendo em lares religiosos, estava fadado a gerar hostilidade. Em seu popular programa de televisão The 700 Club, Pat Robertson disse aos telespectadores de forma caracteristicamente hiperbólica que o governo americano estava "tentando fazer algo que poucos estados além dos nazistas e soviéticos tentaram fazer, ou seja, tirar as crianças dos pais e educá-las em uma filosofia que é amoral, anticristã e humanística". Seu colega televangelista Jimmy Swaggart, igualmente cáustico, se preocupou que "o maior inimigo de nossas crianças hoje nos Estados Unidos é o sistema de escolas públicas. É uma educação sem Deus". Sem Deus, talvez, mas não sem religião. Os conservadores cristãos argumentaram que o humanismo secular — a filosofia que eles acreditavam que informava o currículo das escolas públicas — era mais do que uma ideologia. O humanismo secular era uma religião por direito próprio. Tim LaHaye dedicou seu livro de 1983 *The Battle for the Public Schools: Humanism's Threat to Our Children* ao "exército crescente" de pais "que percebem que o humanismo secular, a doutrina religiosa de nossas escolas públicas", é o culpado pela "origem das drogas desenfreadas, sexo, violência e autoindulgência em nossas escolas, que não são propícias ao processo de aprendizagem". LaHaye direcionou sua retórica contra um estabelecimento educacional que ele acreditava estar "determinado a enfiar o humanismo ateu e amoral, com sua visão de mundo socialista, nas mentes das crianças e jovens de nossa nação, do jardim de infância à faculdade". Ele listou os traços que ele achava que definiam uma religião e argumentou que o humanismo secular, "a doutrina oficial da educação pública", evidenciava todos eles, incluindo "um dogma declarado", "um sacerdócio", "seminários" e "reconhecimento aberto de sua posição". Durante as audiências de 1982 sobre a questão do humanismo secular em um distrito escolar local do Oregon, um membro conservador do conselho escolar resumiu o senso da direita cristã de que as escolas públicas ofereciam instrução religiosa do tipo errado: "[O]s humanistas têm serviços religiosos nas escolas cinco dias por semana, de segunda a sexta-feira."<sup>1</sup> Ao tornar as escolas humanistas seculares uma questão de guerras culturais, os conservadores religiosos participaram de um venerável ritual de direita de invocar o espectro de John Dewey como uma explicação para tudo o que estava errado com a educação americana. No final da década de 1980, Mae Duggan, fundadora da Citizens for Educational Freedom, argumentou que as "escolas se deterioraram sob a influência de John Dewey e sua filosofia humanista secular." O proeminente teólogo conservador Richard John Neuhaus fez um argumento semelhante, mesmo admitindo relutantemente que admirava Dewey, particularmente em comparação com seus discípulos. "Dewey era mais sábio e mais sincero do que grande parte do atual sistema educacional público", escreveu Neuhaus. "Ele não escondeu o fato de

que a educação exigia religião e, em sua visão, a religião exigida é a religião do humanismo.” Neuhaus estava em grande parte correto sobre os epígonos de Dewey. De vez em quando, um professor progressista declarava honestamente as apostas ideológicas da educação pública.

O autor de um artigo de 1983 publicado pelo *The Humanist*, por exemplo, argumentou que “a sala de aula deve e irá tornar-se uma arena de conflito entre o antigo e o novo —

entre o cadáver apodrecido do cristianismo, juntamente com todos os seus males e misérias adjacentes, e a nova fé do humanismo.” Mas, na maior parte, os educadores embainharam seus projetos de currículo liberal em um manto de profissionalismo. Isso não era novidade. Durante a controvérsia dos livros didáticos da Virgínia Ocidental no início dos anos 1970, por exemplo, a NEA enviou um painel para intervir com a premissa de que os professores buscavam “pensamento objetivo nas crianças” em oposição às “determinações subjetivas” dos pais que protestavam. Os moradores locais enxergaram através dessa folha de figueira. Um ministro disse aos representantes da NEA que estava “profundamente preocupado com aqueles que se escondem atrás do profissionalismo” enquanto hipocritamente carimbava o currículo com o que ele determinou ser um dogma anticristão. Os conservadores entenderam sua batalha pela escola americana como uma guerra cultural contra uma ideologia imoral, não como um ataque ao profissionalismo.<sup>11</sup> Os políticos conservadores estavam atentos às ansiedades dos eleitores sobre escolas humanistas seculares. O senador republicano Orrin Hatch respondeu com uma emenda de “Proteção dos Direitos dos Alunos” que ele adicionou à reautorização de 1978 do Ato de Educação Elementar e Secundária. A Emenda Hatch, como ficou conhecida, exigia que os materiais educacionais produzidos pelo governo federal fossem disponibilizados aos pais antes de serem usados em sala de aula. Também estipulava que os pais tinham o direito de proteger seus filhos de quaisquer materiais que considerassem questionáveis. A Emenda Hatch, amplamente interpretada, foi fundamentada na lógica conservadora de “valores familiares” de que os direitos dos pais tinham prioridade sobre as necessidades do estado. Ela foi criada para garantir que os pais, não o recém-criado Departamento de Educação de Jimmy Carter, tivessem a palavra final sobre o que seus filhos aprenderiam. Evidenciando essa lógica em um “Fórum da Família” de 1982, o primeiro secretário de educação de Reagan, Terrel Bell, exclamou que “a educação é uma questão de família. O pai é o principal professor, o lar é a sala de aula mais influente e as escolas devem existir para apoiar o lar”. O livro de Phyllis Schlafly, *Child Abuse in the Classroom* (Abuso infantil na sala de aula), uma coleção de depoimentos selecionados de audiências de 1984 sobre os regulamentos da Emenda Hatch, buscou demonstrar “como as escolas alienaram as crianças de seus pais, da moralidade tradicional, como os Dez Mandamentos, e de nossa herança americana”.

Schlafly reclamou que as escolas públicas substituíram a educação cognitiva básica por “um sistema de mudança dos valores da criança”. Em uma audiência da Emenda Hatch, um pai protestou que um orientador educacional visitava regularmente a sala de aula de seu filho para sondar os alunos sobre se eles acreditavam em Deus. Outro pai ficou indignado que a escola de seu filho usou o guia de ensino MACOS, que ele descreveu como “uma maneira muito sutil de ensinar nossos filhos sobre genocídio, homossexualidade, eutanásia”.<sup>12</sup> Os pais conservadores acreditavam que as escolas violavam seu direito fundamental à liberdade religiosa. Nessa elocução, que implicava que o humanismo secular era “a doutrina religiosa de nossas escolas públicas”, os conservadores religiosos achavam que tinham precedentes legais do seu lado. Na histórica decisão da Suprema Corte de 1961, *Torcaso v. Watkins*, que ajudou a codificar a secularização da esfera pública ao reafirmar que os funcionários do governo não podiam

ser submetido a um teste religioso, Hugo Black escondeu uma reflexão tardia sobre o humanismo secular em uma nota de rodapé em sua opinião: "Entre as religiões neste país que não ensinam o que geralmente seria considerado uma crença na existência de Deus, estão o budismo, o taoísmo e o humanismo secular." Embora Black estivesse se referindo a uma igreja humanista real — Fellowship of Humanity — seu aparte ganhou grande destaque na lógica da direita cristã sobre o humanismo secular interpretado de forma mais ampla.<sup>13</sup> Da mesma forma, os conservadores religiosos interpretaram uma decisão da Suprema Corte de 1965, *Estados Unidos v. Seeger*, como reconhecimento judicial de que o humanismo secular era, de fato, uma religião porque permitia a objeção de consciência em bases morais não relacionadas à filiação religiosa. Em suma, designar o humanismo secular como uma religião e argumentar que seu domínio sobre o currículo escolar público era uma violação da Primeira Emenda provou ser uma tática inovadora nas lutas legais da direita cristã para influenciar a educação pública durante a década de 1980. E, no entanto, tais esforços foram amplamente malsucedidos. Nas decisões da igreja-estado sobre a educação pública ao longo da década, os tribunais trataram amplamente o humanismo secular como funcionalmente não religioso ao lidar com os desafios da direita cristã aos currículos escolares públicos. Mas isso não foi por falta de esforço e criatividade.<sup>14</sup> Durante a década de 1980, um juiz federal imaginativo e combativo chamado W. Brevard Hand se tornou um aliado da direita cristã em sua luta contra escolas humanistas seculares. Em um caso de 1983, *Wallace v. Jaffree*, Hand declarou que a Primeira Emenda não vinculava os estados. Se os habitantes do Alabama achassem adequado, Hand argumentou, suas escolas públicas poderiam oferecer instrução religiosa. Esse argumento serviu como um importante precursor para a adoção pela direita do originalismo judicial, a teoria de que a jurisprudência deve ser restringida pela intenção original daqueles que elaboraram a Constituição. O originalismo, como tal, se opôs à incorporação, um processo pelo qual partes da Declaração de Direitos, incluindo a Primeira Emenda, foram aplicadas no nível estadual — a lógica que prevaleceu em *Engel v. Vitale*.<sup>15</sup> Antecipando que a Suprema Corte rejeitaria seu argumento, o que fez em 1985, Hand construiu uma justificativa legal alternativa usando o precedente de incorporação contra si mesmo: ele argumentou que o humanismo secular era a religião estabelecida das escolas públicas e, portanto, violava a liberdade religiosa dos cristãos. Aplicando essa lógica a um caso de 1987, *Smith v. Board of School Commissioners*, Hand decidiu contra os livros didáticos do Alabama com base no fato de que eles "afetam a capacidade de uma pessoa de desenvolver crenças religiosas e exercer essa liberdade religiosa garantida pela Constituição". A opinião de Hand foi anulada no nível de apelação, mas não antes de deixar uma marca duradoura nas compreensões conservadoras da educação pública.<sup>1</sup> Mesmo que a lógica legal de Hand se mostrasse pouco convincente, as implicações políticas de seu argumento, de que as escolas públicas alienaram uma boa parte da América cristã, eram patentemente verdadeiras. Na década de 1980, os americanos rotineiramente classificaram *Engel v. Vitale* como a decisão mais impopular da Suprema Corte. Inúmeros líderes da direita cristã fizeram dela o foco de suas elegias a uma nação outrora grande. Bill Bright, fundador da Campus Crusade for Christ, chamou a decisão *Engel v. Vitale* de "a hora mais sombria da história da nação". Bright atribuiu a "escalada do crime, desintegração de famílias, conflito racial, gravidez na adolescência e doenças venéreas" à abolição da oração escolar.<sup>16</sup> Esses sentimentos generalizados sem dúvida motivaram a decisão de Reagan de ficar do lado dos conservadores religiosos nas guerras escolares, incluindo seu apoio ao esforço quixotesco da direita cristã para emendar a Constituição para legalizar a oração escolar. Nas palavras de seu conselheiro religioso

defendeu “a restauração dos valores familiares na educação americana” ao tomar “o lado dos pais, mesmo contra o poderoso establishment educacional”. Como Reagan disse, ele queria “acabar com a manipulação de crianças em idade escolar por planejadores utópicos e permitir o reconhecimento do Ser Supremo em nossas salas de aula, assim como permitimos tais reconhecimentos em outras instituições públicas”. Ele disse a uma plateia de uma escola católica de Chicago em 1982: “Não acho que Deus deveria ter sido expulso da sala de aula”. A oração pública, ele argumentou, era “parte de nossa herança americana e um privilégio que não deveria ser excluído de nossas escolas”. O mais perto que a emenda da oração escolar chegou de avançar para o estágio de ratificação do processo de emenda foi em 1984, quando cinquenta e seis senadores votaram a favor, dez votos a menos que os dois terços necessários. O fracasso, é claro, não persuadiu os conservadores religiosos de que seus objetivos eram indignos. Em vez disso, convenceu-os de que a nação e suas escolas precisavam muito mais de redenção.<sup>1</sup> Um componente importante da campanha da direita cristã para retomar as escolas americanas foi o movimento para coibir o ensino da evolução. Como resultado de tais esforços no início dos anos 1980, o debate nacional sobre a evolução esquentou a um grau não sentido desde o Julgamento do Macaco Scopes de 1925. Depois de Scopes, a maioria dos livros didáticos de biologia, especialmente aqueles usados no Sul, desconsiderou a evolução, evitando até mesmo uma menção a Charles Darwin. Mas após o susto do Sputnik de 1957, o alarme sobre a alfabetização científica levou lenta mas seguramente a um aumento no ensino sobre a evolução.<sup>1</sup> Os evangélicos conservadores, que tendiam a ser fervorosamente antidarwinistas, reagiram com alarme. Eles acreditavam que a integração da evolução na sala de aula de biologia era uma peça com um secularismo abrangente. Então eles lutaram. A tática principal deles era injetar o criacionismo no currículo de biologia, argumentando que ele deveria ser ensinado junto com a evolução como uma teoria igualmente plausível das origens humanas. Embora esses criacionistas de nova geração, como a geração antiga, fossem quase uniformemente fundamentalistas religiosos, eles desafiaram a biologia evolutiva em bases supostamente científicas. Reconhecendo que seu currículo seria considerado ilegal se eles racionalizassem sua necessidade em termos religiosos, os ativistas conservadores, em vez disso, recorreram a um corpo emergente de pesquisa conhecido como “ciência da criação”. O Institute for Creation Research (ICR), um think tank sediado no sul da Califórnia, produziu a maior parte da literatura sobre “ciência da criação”. Em 1981, a legislatura estadual do Arkansas aprovou por esmagadora maioria o Balanced Treatment for Creation Science and Evolution Science Act, legislação baseada quase exclusivamente em publicações do ICR. Apesar de suas pretensões científicas, o ato se tornou lei devido ao apoio esmagador dos evangélicos. Votar a favor da lei do Arkansas, como disse um legislador do Arkansas, foi um “voto em Deus”. “Quando você recebe uma massa de telefonemas a favor de um projeto de lei”, ele observou, “e quando ele parece ser em apoio à maternidade, à torta de maçã e ao estilo de vida americano, é difícil votar contra ele”. A ACLU contestou a lei, e um tribunal distrital federal a anulou sob a alegação de que a “ciência da criação” promovia a religião.<sup>2</sup> Previsivelmente, a maioria dos cientistas zombou da premissa da “ciência da criação”, que eles consideraram um oxímoro. Os cientistas presumiram que o fundamentalismo religioso, a formação epistemológica. Embora tais visões fossem compreensíveis, os criacionistas não eram, estritamente falando, anticiência. Em vez disso, eles aderiram a um método científico pré-darwiniano. Como Francis Bacon, cuja filosofia da ciência governou a prática científica ocidental até o século

No início do século XIX, os criacionistas acreditavam que a ciência era limitada àquilo que pode ser observado em primeira mão. Ao contrário dos cientistas contemporâneos, os criacionistas do final do século XX não incluíam hipóteses especulativas — teorias não verificáveis por observação direta — em seu "verdadeiro" método científico. Henry Morris, um dos principais pensadores criacionistas, exemplificou tal abordagem. "Como é impossível fazer observações ou experimentos sobre a origem do universo", ele argumentou, "a própria definição de ciência deve impedir" quaisquer discussões desse tipo. Em suma, para os criacionistas, a evolução não poderia explicar as origens humanas, muito menos as origens do universo, de maneiras cientificamente válidas.

A evolução foi uma teoria inventada por cientistas extremamente imaginativos. Não era um fato.<sup>21</sup> Cientistas advertiram os céticos com a simples alegação de que a evolução era de fato um fato. Como o biólogo evolucionista Stephen Jay Gould formulou, os criacionistas tinham "um mal-entendido vernáculo da palavra 'teoria'". Falando a um grupo de evangélicos sobre a evolução, Reagan exemplificou exatamente esse mal-entendido: "É apenas uma teoria científica, e nos últimos anos tem sido desafiada no mundo da ciência — isto é, não acreditada na comunidade científica como tão infalível quanto antes". Ironicamente, os criacionistas frequentemente citavam Gould como um dos cientistas de um número crescente que questionava a evolução. De fato, Gould e seus colegas foram pioneiros no "equilíbrio pontuado", um conceito que desafiou a teoria da seleção natural de Darwin ao postular que a evolução era ainda mais aleatória e mais rápida do que Darwin tinha. Gould teorizou que as tendências evolutivas "não podem ser atribuídas à transformação gradual dentro das linhagens, mas devem surgir do sucesso diferencial de certos tipos de espécies". Mas, como Gould enfatizou, o fato de ele contestar a teoria da evolução de Darwin não significava também que ele questionava o fato da evolução. Ele acreditava que Darwin estava certo sobre o fato de que todos os seres vivos surgiram de formas anteriores, mesmo que a teoria de Darwin para explicar o mecanismo desse processo estivesse errada. Quando Gould e seus colegas cientistas debateram teorias concorrentes, os fatos não evaporaram. "A teoria da gravitação de Einstein substituiu a de Newton neste século, mas as maçãs não se suspenderam no ar, aguardando o resultado." A evolução, então, era tanto fato quanto teoria: "os humanos evoluíram de ancestrais semelhantes aos macacos, quer tenham feito isso pelo mecanismo proposto por Darwin ou por algum outro ainda a ser descoberto."<sup>22</sup> Embora Gould tenha explicado claramente o significado científico da palavra teoria, que ele definiu simplesmente como "estruturas de ideias que explicam e interpretam fatos", os leitores criacionistas que encontraram Gould sem dúvida permaneceram não convencidos. Deixando de lado sua fé inobservável na existência de Deus, os criacionistas argumentaram que o mundo só poderia ser compreendido na medida em que pudesse ser imediatamente observado. Tal perspectiva estava muito distante da visão científica moderna de que a interpretação especulativa nos aproxima de entendimentos precisos do mundo. Os dois lados das guerras culturais frequentemente se dividiam ao longo desse abismo epistemológico: um lado dependia cada vez mais de paradigmas mais e mais novos para explicar nosso mundo e seus problemas; o outro retornava repetidamente ao testado e verdadeiro.<sup>23</sup> Seguindo a liderança dos cientistas, poucos juristas na nação estavam convencidos dos méritos da "ciência da criação". Assim como os esforços para remover materiais de leitura considerados humanistas seculares, os tribunais impediram tentativas conservadoras de inserir o criacionismo no currículo de ciências das escolas públicas. Em sua decisão de 1987 *Edwards v.*

*Aguillard*, o Supremo Tribunal anulou uma lei da Louisiana que obrigava os professores de biologia a incluírem o criacionismo nas suas aulas sobre a evolução, alegando que o único objetivo da lei era

o propósito era “promover o ponto de vista religioso de que um ser sobrenatural criou a humanidade”.<sup>2</sup> Apesar de tais reveses legais, os conservadores tinham muito apoio público sobre a questão. Pesquisas Gallup na década de 1990 mostraram consistentemente que mais da metade dos americanos rejeitavam a evolução. Uma dessas pesquisas de 1992 revelou que 82% dos adultos americanos acreditavam que Deus criou os humanos, e a maioria deles acreditava especificamente no relato do Gênesis. Esses números impressionantes colocaram enorme pressão sobre os professores de biologia em muitas partes do país. A Academia Nacional de Ciências (NAS), a principal associação profissional de cientistas, lutou contra os sentimentos criacionistas generalizados e procurou ajudar os professores de biologia com a publicação de dois panfletos na década de 1990: *Teaching about Evolution and the Nature of Science* e *Science and Creationism*. Os panfletos da NAS representavam algumas das explicações mais claras sobre a ciência da evolução e algumas das melhores refutações do criacionismo.<sup>2</sup> Apesar de sua lucidez científica e pedagógica, os panfletos da NAS eram menos sensatos sobre a política curricular. Eles insinuaram que a oposição ao ensino da evolução em bases religiosas era equivocada porque a maioria das “grandes denominações religiosas tomaram posições oficiais que aceitam a evolução”. Isso foi um pequeno consolo para aqueles cristãos fundamentalistas que não conseguiam conciliar sua fé com o darwinismo. O que os panfletos da NAS subestimaram foi a ameaça muito real que seu currículo representava para milhões de cristãos conservadores. Tal subestimação se estendeu aos educadores profissionais de forma mais geral. Muitos educadores liberais falharam em reconhecer que, enquanto as escolas estavam se tornando mais tolerantes à diversidade racial e étnica, elas estavam se tornando menos tolerantes à expressão religiosa, particularmente da variedade fundamentalista. Tal discrepância foi destacada pela apropriação conservadora da Insinuando que os cristãos eram um grupo vitimizado, o juiz Hand comparou “a negação estatal da história da religião nos livros didáticos à atividade estatal em negar a história negra e suas contribuições nesses textos.”<sup>2</sup> Na década de 1990, a direita cristã implementou uma nova técnica em sua luta contra escolas seculares. Ativistas fizeram campanhas furtivas para conselhos escolares locais, fazendo campanha apenas entre seus correligionários, que deveriam votar em grande número. “Estamos tentando gerar o maior comparecimento eleitoral possível entre nosso eleitorado”, explicou Ralph Reed, da Christian Coalition, “comunicando-nos com eles de uma forma que não atraia o fogo de nossos oponentes.” O plano funcionou perfeitamente em Vista, Califórnia, um subúrbio de San Diego, onde os conservadores obtiveram uma maioria de três pessoas no conselho escolar de cinco pessoas em 1992. O novo conselho rapidamente ganhou atenção nacional com mandatos curriculares radicais, como adicionar “humanismo secular” à lista de tópicos ensinados na aula de religiões mundiais comparadas do distrito, a fim de estabelecê-lo como uma religião. John Tyndall, um dos conservadores recém-eleitos que trabalhou como contador para o ICR, atraiu controvérsia quando pediu a um comitê de professores de ciências do distrito que revisasse um texto criacionista — *Of Pandas and People: The Central Question of Biological Origins* — para inclusão no currículo. Logo após o comitê previsivelmente rejeitar o livro, os conservadores no conselho reescreveram os padrões científicos locais para incluir a seguinte cláusula: “Para aprimorar a exploração científica positiva e o diálogo, as fraquezas que desafiam substancialmente as teorias da evolução devem ser apresentadas”. Em resposta a isso e às ações do conselho de forma mais geral, o sindicato local de professores, aliado a moderados



pais que acharam a politização abertamente conservadora de suas escolas desagradável, organizaram uma bem-sucedida revogação dos membros conservadores do conselho do Vista em 1993.<sup>2</sup> Em 1999, os conservadores no controle do conselho de educação do Kansas promoveram um escândalo internacional quando revisaram os padrões científicos estaduais, excluindo referências à evolução biológica e às origens do universo. Os conservadores do Kansas sustentaram que os padrões científicos, que haviam sido revisados recentemente em 1998 por um comitê de educadores científicos, visavam doutrinar os alunos no que eles chamavam de "uma filosofia quase religiosa" que definia a ciência em termos puramente naturalistas. Como os autores pró-criacionistas de um panfleto sobre a controvérsia do Kansas escreveram: "Sob essa redefinição radical da ciência, nenhum cientista teria permissão para concluir, com base em evidências científicas, que Deus desempenhou um papel na criação do mundo". De fato, parte da linguagem nos padrões de 1998 parecia destinada a marginalizar os alunos céticos

da evolução por razões religiosas. No caso de os alunos levantarem "uma questão em uma aula de ciências naturais que o professor determina estar fora do domínio da ciência", os professores eram instruídos a "explicar por que a questão está fora do domínio da ciência natural e encorajar o aluno a discutir a questão mais profundamente com sua família e clero". Em resposta a isso, os conservadores do Kansas alegaram que apenas buscavam padrões que impedissem a discriminação "contra alunos que acreditam que a evidência científica justifica uma interpretação teísta em vez de naturalista das origens". Mas, mais precisamente, os conservadores se viam como desafiando uma "nova classe" presunçosa de especialistas que desprezavam os valores religiosos. Escrevendo na *New Republic*, Gregg Easterbrook expressou nitidamente tal visão: "Antes você não deveria questionar Deus. Agora você não deve questionar o chefe do departamento de biologia."<sup>2</sup> Assim como em Vista, os conservadores do Kansas foram eventualmente eliminados do conselho escolar, e os padrões científicos foram restabelecidos. Da mesma forma, no Condado de Lake, na Flórida, os membros conservadores religiosos do conselho foram eliminados após tentativas sensacionais de tornar obrigatório o ensino de história "patriótica".

E na zona rural de Blissfield, Michigan, a raiva evangélica não conseguiu bloquear um plano local de melhoria escolar. Assim, o efeito do ativismo educacional conservador religioso aparentemente se mostrou passageiro. Mas, por mais malsucedidos que tenham sido nesses casos específicos, tais esforços criaram uma ampla discórdia que ajudou a estimular centenas de milhares de cristãos a migrarem das escolas públicas. A antipatia pela trajetória da educação pública levou a uma expansão massiva de escolas diurnas cristãs. Em 1977, as três maiores redes de escolas diurnas cristãs combinadas matricularam aproximadamente 350.000 alunos. Em 1992, esse número havia disparado para cerca de 775.000 alunos; em 2002, havia mais de 880.000 alunos de escolas diurnas cristãs.<sup>2</sup> Muitos conservadores religiosos enviaram seus filhos para escolas diurnas cristãs porque detestavam o secularismo das escolas públicas. Esse secularismo, acreditavam os educadores da direita cristã, estava em exibição além das aulas de biologia que ensinavam evolução e aulas de estudos sociais que ensinavam currículos antropológicos como o MACOS. O humanismo secular também era demonstrável em cursos de história, onde os alunos eram cada vez mais ensinados a pensar sobre o passado por meio de uma lente que desafiava a inevitabilidade histórica central para a escatologia fundamentalista. Os alunos em escolas cristãs diurnas não eram ensinados a pensar criticamente sobre a história, mas eram ensinados a aceitar pela fé que as coisas aconteciam pelo desígnio de Deus. A Bob Jones University Press, que atendia à crescente demanda por livros didáticos de história providencial decorrentes da

crescimento do movimento de escolas cristãs diurnas, publicou livros, como *US History for Christian Schools*, que misturavam fatos históricos com doutrina bíblica.<sup>3</sup> Além de uma preferência por tal conteúdo religioso, muitos pais conservadores favoreciam o estilo de instrução rigoroso das escolas cristãs. Como os evangélicos acreditavam que os humanos são inerentemente pecadores, eles frequentemente pensavam que as crianças precisavam de disciplina draconiana para se tornarem piedosas. Tal autoritarismo pedagógico contrastava fortemente com a centralidade na criança, uma pedagogia que, em graus variados, ajudou a moldar as sensibilidades das escolas públicas desde o início do século XX. A centralidade na criança era baseada na ideia de que as crianças sabem instintivamente o que é melhor para si mesmas e, portanto, devem ter alguma palavra a dizer, direta ou indiretamente, em seu currículo. Os ataques da direita a John Dewey eram tanto sobre sua filosofia centrada na criança quanto sobre seu liberalismo político. Mais precisamente, os conservadores conceituaram a centralidade na criança como um ramo do liberalismo, o que era razoável, já que o próprio Dewey teorizou que o valor liberal de "mente aberta significa retenção de atitude infantil". Como antídoto para a centralidade deweyana na criança, muitos educadores cristãos se voltaram para Rouhas John Rushdoony e seu livro de 1985 *Philosophy of the Christian Curriculum*. Rushdoony descreveu as implicações de uma pedagogia centrada na criança da seguinte forma: "Em vez de ser responsável perante Deus, pais, professores e sociedade, o aluno pode afirmar que Deus, pais, professores e sociedade são responsáveis perante ele." A doutrina teocrática de Rushdoony de que as leis de Deus têm precedência sobre as leis do homem dobrou como um ataque contra a centralidade na criança. Como as crianças tinham que ser feitas para se conformarem à verdade imutável de Deus, seus anseios subjetivos tinham que ser anulados.<sup>31</sup> Nas décadas de 1980 e 1990, um número crescente de conservadores religiosos tirou seus filhos não apenas das escolas públicas, mas das escolas por completo, e as fileiras dos educados em casa cresceram vertiginosamente. Em 1985, havia cerca de 250.000 crianças educadas em casa. Em 1999, bem mais de um milhão de crianças americanas eram educadas em casa. Estima-se que 90% dos que educavam seus filhos em casa eram evangélicos, que cada vez mais acreditavam que a Bíblia os ordenava a educar seus próprios filhos. Os educadores públicos estavam compreensivelmente céticos sobre o ensino em casa. "Se alguém pode ensinar", alertou John Cole, presidente da Texas Federation of Teachers, "o ensino, de fato, não será mais uma profissão". Mais idealisticamente, Robert McClure, da NEA, temia que o ensino em casa minaria a promessa do pluralismo americano; ele argumentou que "é importante que as crianças saiam de suas famílias e aprendam a conviver com estranhos". Os conselhos escolares locais em todo o país também estavam desconfiados e tendiam a rejeitar as inscrições para o ensino em casa. Alguns pais, especialmente liberais bem-educados, obtiveram aprovação convencendo os conselhos escolares de que seus filhos tinham necessidades especiais que eles poderiam atender melhor. Mas os conservadores religiosos quase sempre tiveram essa permissão negada — sem dúvida, um resultado do abismo que separava como o membro médio do conselho escolar conceituava as escolas públicas de como o evangélico típico pensava sobre o que era depreciativamente denominado de "estufas satânicas". Quando os pais conservadores não conseguiam receber permissão para educar seus filhos em casa, eles frequentemente levavam seus casos aos tribunais, onde tinham muito mais sucesso. Advogados da Homeschool Legal Defense Association convenceram juízes em todo o país de que o direito dos pais de determinar a vida de seu filho, codificado por interpretações anteriores do direito à privacidade da Décima Quarta Emenda, era

mais convincentes do que as leis de frequência escolar obrigatória. Devido a tais esforços, o ensino domiciliar era legal em todos os estados da união na década de 1990.<sup>32</sup> O resultado desse movimento considerável para fora das escolas públicas foi que, embora o currículo nacional de fato permanecesse liberal, apenas uma porcentagem cada vez menor de crianças em idade escolar do país foi exposta a ele. A direita cristã acabou reduzindo o impacto das escolas seculares, não mudando-as para refletir seus valores, mas abandonando-as completamente. De igual consequência, os conservadores religiosos ajudaram a promover a noção popular de que as escolas públicas estavam em crise. Reformadores educacionais neoconservadores como William Bennett, secretário de educação durante o segundo mandato de Reagan na Casa Branca, usaram esse cenário educacional fragmentado em seu benefício. A resistência à reforma curricular liberal, talvez mais do que qualquer outra esfera nas guerras culturais, revelou as perplexidades de um movimento conservador que abrigava conservadores religiosos e neoconservadores. Os conservadores religiosos protestaram contra o estado como um agente do secularismo. No entanto, formaram alianças com neoconservadores que procuravam remodelar o currículo nacional mais ao seu gosto, a partir dos sagrados corredores do governo.

especificamente dentro das administrações de Ronald Reagan e George HW Bush.

Embora os neoconservadores não fossem insensíveis às preocupações da direita cristã sobre o papel da religião na sociedade, sua principal reclamação com o sistema educacional do país era que os padrões estavam se deteriorando. As escolas, eles argumentavam, estavam falhando em fornecer às crianças americanas uma educação básica. Os neoconservadores acreditavam que o foco na equidade educacional tinha sido em detrimento da excelência educacional. Nisso, eles aprenderam suas lições com um estudo governamental massivo escrito pelo sociólogo James Coleman em 1966 — oficialmente intitulado Igualdade de Oportunidades Educacionais, mas mais conhecido como Relatório Coleman — que descobriu que o financiamento escolar tinha pouca influência no desempenho educacional e, portanto, os esforços para atingir a equidade eram um desperdício.

O Relatório Coleman, baseado em uma pesquisa sobre a habilidade verbal de 645.000 alunos em quatro mil escolas por todo o país, argumentou que as escolas “têm pouca influência sobre a realização de uma criança que seja independente de sua origem e contexto social”. Tal conclusão não tinha valência política clara. Em seu livro de 1972, *Desigualdade*, o acadêmico esquerdista

Christopher Jencks extrapolou as descobertas do Relatório Coleman para sustentar que a redistribuição econômica era um caminho melhor do que a reforma educacional para alcançar uma sociedade mais igualitária. Mas os neoconservadores o usaram para argumentar que

pressionar por excelência educacional mensurável por testes padronizados era o melhor método para melhorar as escolas.

Chester Finn, um influente neoconservador que serviu no departamento de educação de Reagan, frequentemente falava sobre como “responsabilizar as escolas pelo desempenho acadêmico de seus alunos” era a única política educacional que fazia sentido em um mundo “pós-Coleman”.

Embora a política educacional não pudesse criar uma sociedade mais igualitária, ao estabelecer altos padrões ela poderia obrigar as escolas a se esforçarem pela excelência acadêmica.<sup>33</sup> Essas noções sobre excelência resultaram em uma abordagem neoconservadora para a reforma escolar distinta da direita cristã: enquanto os conservadores religiosos se organizavam no nível de base e frequentemente desconfiavam da intervenção federal na educação, os neoconservadores buscavam implementar soluções de cima para baixo de seus poleiros no governo federal. Por exemplo, pensadores educacionais neoconservadores originaram uma reforma chamada “educação baseada em resultados” como uma forma de enfatizar a excelência em oposição

para equidade. Para eles, a educação baseada em resultados significava simplesmente que o progresso educacional deveria ser medido pelo que os alunos produziam (resultados) em vez de por quais recursos eram colocados nas escolas (insumos). Paradoxalmente, a educação baseada em resultados se tornou o alvo do veneno conservador em 1994. O que foi particularmente irônico foi que o ex-secretário de educação neoconservador Bennett liderou a acusação contra as reformas baseadas em resultados, chamando-as de "um cavalo de Troia para engenharia social". Finn, enquanto isso, argumentou que os conservadores estavam errados em se opor à educação baseada em resultados, embora ele tenha feito esse argumento com uma importante qualificação de "o diabo espreita nos detalhes", contrastando sua visão com a forma como os educadores liberais na era Clinton a implementaram. "Em vez de listar as habilidades e conhecimentos básicos que crianças bem ajustadas deveriam ser capazes de demonstrar em disciplinas acadêmicas essenciais", lamentou Finn, "as listas de resultados que foram realmente elaboradas tinham mais a ver com atitudes sociais, posições ideológicas e relações interpessoais."<sup>3</sup> Em suma, embora os neoconservadores se alinhassem com os conservadores cristãos contra a reforma curricular liberal, os conservadores como um todo estavam longe de serem monolíticos em suas abordagens para instituir um currículo conservador. Os neoconservadores pressionaram por um conjunto de reformas educacionais nacionais centralizadas. Os conservadores cristãos, por outro lado, buscaram romper todos os laços com um estabelecimento educacional federal que eles consideravam irremediavelmente secular. Mas essas diferenças em meios muitas vezes empalideciam em comparação ao acordo sobre os fins. Conservadores religiosos e neoconservadores concordaram que a reviravolta do currículo tradicional pós-anos 60 foi desastrosa. Bennett acreditava que sua reforma educacional

agenda era idealmente adequada para reunir conservadores religiosos e neoconservadores sob uma grande tenda conservadora. Ele achava que sua demanda de que as escolas do país se concentrassem no conhecimento básico era popular em grande parte do espectro político. Tal visão decorreu da própria formação política ecumênica de Bennett. Quando se juntou ao governo Reagan em 1981 como presidente do National Endowment for the Humanities (NEH), Bennett se considerava um democrata. Mas enquanto dirigia o National Humanities Center na Carolina do Norte, Bennett se destacou como um crítico mordaz da esquerda acadêmica. Por esse motivo, neoconservadores influentes, incluindo Irving Kristol, defenderam sua nomeação para o NEH. A causa de Bennett também foi ajudada pelo fato de que a primeira escolha de Reagan, Mel Bradford, um suposto paleoconservador conhecido por sua celebração da cultura sulista anterior à guerra, havia escrito sobre Lincoln como um "homem perigoso" comparável a Hitler por sua tomada de poder executivo e sua invasão brutal do Sul. Isso não agradou aos neoconservadores, que não tinham problemas com os meios de Lincoln de destruir a escravidão, um modo de vida retrógrado que estava destruindo a nação. Em contraste com Bradford, Bennett havia escrito uma tese de doutorado em filosofia política que incluía um estudo apreciativo de Lincoln e Martin Luther King Jr.<sup>3</sup> Embora a principal prioridade de Bennett como secretário de educação fosse obrigar as escolas públicas a ministrar educação básica, uma meta que liderava a agenda educacional neoconservadora desde o Relatório Coleman, ele também acreditava que o currículo deveria inculcar caráter moral.

Em sua opinião, essas eram as duas tarefas mais importantes tradicionalmente atribuídas às escolas. Mas os anos 60 distorceram a missão educacional da nação. Durante e depois dos anos 60, a nação experimentou, em suas palavras, "um ataque sustentado aos valores americanos tradicionais e ao lugar onde esses valores há muito tinham um lugar confortável e

lar agradável — a escola.” Assim como na educação básica, Bennett achava que a instrução moral tinha amplo apoio. De fato, uma pesquisa Gallup de 1987 mostrou que quase 60% dos americanos desejavam um currículo nacional que incluísse instrução moral obrigatória. Citando um estudo de 1986 com doze alunos do ensino médio concluindo que alunos com valores morais conservadores tiveram desempenho significativamente melhor, Bennett deduziu que a educação básica e a instrução moral se reforçavam mutuamente e, portanto, que seus esforços de reforma eram intelectualmente consistentes.<sup>3</sup> Na medida em que Bennett apoiava a instrução moral tradicional, suas opiniões combinavam bem com o argumento da direita cristã de que a educação deveria ser guiada por valores religiosos. Falando perante os Cavaleiros de Colombo em 1985, Bennett sustentou que a Suprema Corte havia “falhado em refletir suficientemente sobre a relação entre nossa fé e nossa ordem política”, um discurso que lhe rendeu o título de “Secretário da Evangelização” entre os liberais. Mas muitos conservadores não confiavam em Bennett.<sup>3</sup> Para os paleoconservadores, esses sentimentos ruins derivavam da agressividade com que os neoconservadores fizeram lobby a favor de Bennett e contra Bradford. A confusão da cadeira NEH ajuda a explicar a dureza da analogia do paleoconservador Stephen Tonsor de 1986 para o movimento conservador mais amplo seguindo as dicas dos neoconservadores. “É esplêndido quando a prostituta da cidade se torna religiosa e se junta à igreja”, Tonsor fervia. “De vez em quando ela é uma boa diretora de coral, mas quando ela começa a dizer ao ministro o que ele deve dizer em seus sermões de domingo, as coisas foram longe demais.” De forma mais geral, os conservadores religiosos desconfiavam da fé que Bennett parecia depositar no estado secular. Essas reservas foram confirmadas quando Bennett se manifestou contra os pais que queriam tirar seus filhos das aulas devido a conteúdo questionável. “O esforço para alcançar um consenso sobre o que deve ser ensinado”, afirmou Bennett, “não deve ser prejudicado ao permitir que as pessoas optem por não participar das discussões sobre essas coisas se tiverem desacordos com isso ou aquilo”. Como explicou o autor de um artigo da *National Review* de 1987, o “esforço messiânico de Bennett para salvar o país por meio de um consenso nacional sobre educação e moral” desvalorizou os direitos dos pais. Isso preocupava a direita cristã. “Afinal, quem pode garantir que os deweyistas nunca mais substituirão os bennettistas como árbitros da boa cidadania?”<sup>3</sup> Apesar dessa discórdia conservadora, os neoconservadores tiveram sucesso com seus principais esforços de reforma. Isso foi especialmente verdadeiro em sua pressão por padrões nacionais, que eles acreditavam que obrigariam as escolas a retornar à educação básica. Ao defender os padrões, os neoconservadores contaram com o apoio de poderosos atores econômicos e políticos. A elite americana entendeu quase uniformemente o estado da educação pública americana através das lentes de *A Nation at Risk*, um relatório amplamente divulgado de 1983 argumentando que as escolas americanas, ao não oferecerem uma educação básica, minaram a capacidade da nação de competir em uma economia cada vez mais global. *A Nation at Risk* desencadeou um susto educacional nacional diferente de qualquer outro desde 1957, quando os soviéticos lançaram o satélite Sputnik, provando mais uma vez o aforismo de Hannah Arendt de que “somente na América uma crise na educação poderia realmente se tornar um fator na política”. Mais do que uma crise, *A Nation at Risk* inaugurou uma era de reforma educacional sistemática. O influente relatório representava o legado educacional característico de Reagan, o que era irônico, dado que a princípio Reagan não queria ter nada a ver com isso.<sup>3</sup> Reagan entrou na Casa Branca com uma visão da direita cristã das escolas públicas. Ele não apenas apoiou uma emenda de oração escolar, mas

ele também argumentou que os pais deveriam ter direitos irrestritos para educar seus filhos como bem entendessem. Reagan acreditava que o governo deveria subscrever a “escolha” educacional com créditos fiscais ou vouchers, uma política educacional baseada no mercado inovada por Milton Friedman na década de 1950 que teria permitido aos pais enviar seus filhos para qualquer escola que desejassem, incluindo escolas cristãs diurnas, com o dinheiro do contribuinte. Mas além de subsidiar os direitos dos pais, Reagan achava que o governo federal não tinha nenhum papel a desempenhar na educação. Durante a campanha em 1980, ele prometeu que, se eleito, aboliria o Departamento de Educação, que seu antecessor Jimmy Carter havia criado como uma concessão à NEA. Uma vez eleito, Reagan tomou um caminho mais fácil: em vez de tentar abolir o Departamento de Educação, o que teria instigado uma batalha política contenciosa, ele simplesmente o privou dos fundos necessários para torná-lo eficaz. Tal negligência levou um Chester Finn, de outra forma solidário, a acusar que as políticas educacionais de Reagan sinalizavam um “fracasso de liderança”. O Secretário de Educação Terrel Bell tentou provar que seu chefe estava errado ao mostrar que o Departamento de Educação poderia ser útil na definição de uma agenda conservadora. Aproveitando as reclamações dos líderes empresariais do país sobre escolas de baixo desempenho — resmungos do tipo que invariavelmente surgem em tempos econômicos ruins, como foi o caso durante a “Recessão Reagan” do início dos anos 1980 — Bell sugeriu a formação de uma comissão presidencial de alto nível sobre educação. Reagan rejeitou a ideia. Seguindo em frente sem a marca da Casa Branca, Bell criou a Comissão Nacional de Excelência em Educação, composta por dezoito líderes empresariais, acadêmicos e funcionários do governo proeminentes. Ecoando as ansiedades da elite, o relatório desta comissão, *Uma Nação em Risco*, evidenciou um tom alarmista. “Os fundamentos educacionais da nossa sociedade”, o relatório notoriamente advertiu, “estão atualmente sendo corroídos por uma onda crescente de mediocridade que ameaça nosso próprio futuro como nação e povo”. Um ano após sua publicação, milhões de cópias de *A Nation at Risk* estavam em circulação. Várias outras publicações logo se seguiram, incluindo *High School* de Ernest Boyer, *Horace's Compromise* de TheodoreSizer e *A Place Called School* de John Goodlad, todas as quais, em graus variados, negociavam com o tropo de que a nação sofria de uma crise de mediocridade educacional.<sup>1</sup> Sintonizado com o fato de que a comissão de Bell havia tocado em um nervo, Reagan assumiu a responsabilidade por *A Nation at Risk*. Na campanha eleitoral de 1984, ele salpicou seus discursos com citações dele, enfatizando o papel que o governo poderia desempenhar para alcançar a excelência educacional. Reagan endossou as principais prescrições do relatório, dando pernas a um dos movimentos de reforma educacional mais bem-sucedidos da história americana. Vários estados rapidamente promulgaram leis abrangentes de reforma educacional que colocaram as escolas americanas para trabalhar testando seus alunos como nunca antes. Além dos testes, *A Nation at Risk* convenceu os formuladores de políticas da necessidade de um currículo básico nacional para garantir padrões acadêmicos invariavelmente altos em todas as regiões do país. Uma reunião de governadores estaduais em 1989 em Charlottesville, Virgínia, convocada pelo presidente Bush, que se autodenominou “o presidente da educação”, tornou a definição de padrões em cinco áreas principais, incluindo história, uma política nacional de fato. Embora os padrões nacionais fossem voluntários e a responsabilidade por implementá-los permanecesse nas mãos dos formuladores de políticas estaduais e locais, a tendência à nacionalização havia sido colocada em movimento inexorável. A lógica que sustentava *A Nation at Risk* havia se mo-

em torno dos Padrões Nacionais de História (analisados no capítulo 9). Tais conflitos revelaram a natureza paradoxal das guerras culturais do movimento conservador nas escolas públicas. Em primeiro lugar, um ataque de décadas da Direita Cristã enfraqueceu a confiança do público nas escolas, deixando-as vulneráveis aos reformadores neoconservadores que desejavam padronizar a educação básica. Em segundo lugar, o impulso neoconservador por padrões gerou ainda mais conflito sobre o currículo, uma vez que os educadores liberais foram posicionados por sua posição profissional para direcionar a produção e implementação de tais padrões. De fato, embora milhões de conservadores religiosos rejeitassem o conteúdo ensinado nas escolas públicas, os conservadores continuaram a perder a batalha pelo currículo americano, que persistiu em refletir um paradigma pós-anos 60: secular, relativista e multicultural. Sentindo a derrota, muitos conservadores religiosos abandonaram o campo de batalha juntando-se aos movimentos de escola diurna cristã e escola em casa. Mas enquanto os conservadores religiosos perderam a luta pelo conteúdo, os neoconservadores venceram a batalha pela forma educacional, à medida que os argumentos sobre padrões se tornaram o novo paradigma nacional. E ainda assim muitos conservadores religiosos continuaram a resistir ao papel do governo na educação, até mesmo unindo forças com os liberais para se opor a alguns esforços de reforma neoconservadores. Isso era desconcertante, dado que as ansiedades da direita cristã sobre o currículo liberal e as preocupações neoconservadoras sobre os padrões há muito se reforçavam mutuamente. Isso destaca a ironia da aliança histórica forjada entre os conservadores religiosos, que buscavam reafirmar o controle local, e os neoconservadores, que trabalhavam para comandar o establishment educacional federal. Ambos os grupos queriam reverter o currículo liberal pós-anos 60, mas os meios pelos quais os neoconservadores tiveram sucesso em fazê-lo alienaram muitos de seus antigos aliados da direita cristã.